DOI: 10.30612/mones.v15i29.20643

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Reconfigurações da heterocolonialidade no ativismo indígena transnacional: experiências da América do Norte

Estêvão R. Fernandes
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Porto Velho, Rondônia, Brasil
E-mail: estevaofernandes@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1667-0549

Fabiano Gontijo
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém, Pará, Brasil
E-mail: fgontijo2@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4153-3914

Resumo: Este artigo analisa o ativismo Two-Spirit e indígena LGBTQIAPN2+ nos Estados Unidos e no Canadá entre 2013 e 2023. A partir de fontes documentais e bibliográficas, e do acompanhamento de mídias sociais, examina-se como comunidades Two-Spirit usam plataformas comerciais para a articulação cultural e política transnacional. A pesquisa indica que essas mobilizações conectam mediações tecnológicas a cosmologias relacionais indígenas, tensionando os fundamentos da heterocolonialidade e os marcos predominantes das teorias *queer* euro-norte-americanas. Propõe-se, em caráter exploratório, a noção de "epistemologias digitais decoloniais" como ferramenta analítica para essas práticas, sem perder de vista os limites impostos pelas infraestruturas comerciais nas quais operam.

Palavras-chave: ativismo Two-Spirit; heterocolonialidade; cosmopolíticas indígenas; soberania digital; ativismo digital indígena

Reconfigurations of heterocoloniality in transnational Indigenous activism: experiences from North America

Abstract: This article analyzes Two-Spirit and Indigenous LGBTQIAPN2+ activism in the United States and Canada between 2013 and 2023. Drawing on documentary and bibliographic sources and on the monitoring of social media, it examines how Two-Spirit communities use commercial platforms for transnational cultural and political articulation. The research indicates that these mobilizations connect technological mediations to Indigenous relational cosmologies, unsettling the foundations of heterocoloniality, as well as the predominant frameworks of Euro-North American queer theory. It tentatively proposes the notion of "decolonial digital epistemologies" as an analytical tool for these practices, without losing sight of the limits imposed by the commercial infrastructures within which they operate.

Keywords: Two-Spirit activism; heterocoloniality; Indigenous cosmopolitics; digital sovereignty; Indigenous digital activism

Reconfiguraciones de la heterocolonialidad en el activismo indígena transnacional: experiencias de América del Norte

Resumen: Este artículo analiza el activismo Two-Spirit e indígena LGBTQIAPN2+ en Estados Unidos y Canadá entre 2013 y 2023. A partir de fuentes documentales y bibliográficas y del seguimiento de redes sociales, se examina cómo las comunidades Two-Spirit utilizan plataformas comerciales para la articulación cultural y política transnacional. La investigación indica que estas movilizaciones conectan mediaciones tecnológicas con cosmologías relacionales indígenas, tensionando los fundamentos de la heterocolonialidad y los marcos predominantes de las teorías *queer* euronorteamericanas. Se propone, con carácter exploratorio, la noción de "epistemologías digitales decoloniales" como herramienta analítica para estas prácticas, sin perder de vista los límites impuestos por las infraestructuras comerciales en las que operan.

Palabras clave: activismo Two-Spirit; heterocolonialidad; cosmopolíticas indígenas; soberanía digital; activismo digital indígena

Recebido em: 11/09/2025
Aceito em: 16/05/2026

CC BY NC SA

APRESENTAÇÃO

O surgimento de mobilizações digitais protagonizadas por comunidades indígenas LGBTQIAPN2+ nas Américas na última década indica que a resistência decolonial se reorganiza no século XXI, em um contexto de avanço dos ultraconservadorismos neoliberais e de perseguição às agendas progressistas. Se os aldeamentos coloniais dos séculos XVI e XVII atuavam como laboratórios da heterocolonialidade, testando tecnologias de controle sexual replicadas globalmente (Fernandes, 2017; Gontijo; Arisi; Fernandes, 2021), as plataformas digitais contemporâneas funcionam hoje como um dos cenários em que essa matriz de poder se reorganiza e é confrontada.

Apesar do crescente interesse acadêmico pelo ativismo digital indígena (Leverston, 2021; Garbe, 2024) e pelos estudos *queer* decoloniais (Rifkin, 2012; Robinson, 2019), o diálogo entre esses dois campos ainda é escasso. A literatura sobre ativismo digital tende a reproduzir vieses euronorcêntricos ao privilegiar formas de organização centradas em campanhas pontuais e em ativismo dirigido ao Estado, deixando em segundo plano temporalidades e mecanismos próprios das mobilizações indígenas. Já os estudos *queer* decoloniais têm explorado pouco a dimensão digital como espaço constitutivo de epistemologias e cosmopolíticas indígenas. Este artigo propõe a noção de "epistemologias digitais decoloniais" como ferramenta analítica para examinar como comunidades Two-Spirit e indígenas LGBTQIAPN2+ usam plataformas digitais e, ao fazê-lo, constituem formas de conhecimento nas quais tecnologias contemporâneas e ontologias relacionais indígenas se entrelaçam e tensionam os fundamentos da heterocolonialidade (sobre esse conceito, cf. Fernandes, 2025).

Parte-se aqui da premissa de que o ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+ produz práticas epistêmicas próprias, que não se reduzem à adaptação de estratégias organizativas já existentes ao ambiente virtual. A análise se debruça sobre textos acadêmicos, relatórios organizacionais, dados estatísticos e registros públicos de campanhas digitais entre 2013 e 2023, selecionados com base em critérios de protagonismo indígena, engajamento e alcance, a fim de compreender como esses sujeitos utilizam plataformas comerciais para a autodeterminação epistêmica e a articulação política transnacional.

Cabe registrar que essa análise se concentra em casos norte-americanos, especificamente estadunidenses e canadenses. Tal recorte reflete limitações de acesso a fontes sobre comunidades com menor presença digital documentada e a relativa lacuna na literatura acadêmica sobre ativismo digital indígena em outras regiões das Américas, inclusive no Brasil.

Mais do que descrever o ativismo digital, este artigo examina as reconfigurações contemporâneas da colonialidade em suas intersecções com sexualidade, raça e território. Enquanto o fascismo moral instrumentaliza pânicos sexuais para legitimar expropriações territoriais (Fernandes, 2025), ativistas digitais indígenas associam a defesa territorial à afirmação

CC BY NC SA

de identidades que recusam os binarismos heterocoloniais e existem/resistem para além das fronteiras nacionais.

O texto se organiza em torno de quatro movimentos. Mapeiam-se, inicialmente, ativistas e organizações indígenas LGBTQIAPN2+ com presença digital documentada; examinam-se, em seguida, as especificidades epistemológicas que distinguem essas mobilizações de formas convencionais de ativismo digital; investigam-se as tensões entre uso estratégico das plataformas e a reprodução, por elas mesmas, de mecanismos coloniais; e propõem-se, ao fim, marcos conceituais para descrever essas práticas como expressões de cosmopolíticas indígenas mediadas tecnologicamente.

Para os estudos *queer* decoloniais, a contribuição está em indicar como comunidades indígenas LGBTQIAPN2+ desenvolvem o que aqui se chama, em caráter exploratório, de "epistemologias digitais decoloniais": sistemas de conhecimento nos quais tecnologias contemporâneas se integram a ontologias relacionais indígenas por meio de processos criativos de elaboração cultural, produzindo modos de circulação de saber irredutíveis ao uso instrumental de plataformas e às epistemologias euro-norte-americanas sobre sexualidade e gênero. Tais práticas indicam que a descolonização das sexualidades envolve, além do reconhecimento estrito de formas identitárias dissidentes, a reconstituição de perspectivas relacionais nas quais outras ontologias de gênero ganham sustentação política.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa situa-se na interseção entre antropologia digital e estudos decoloniais, privilegiando abordagens que reconhecem a soberania epistêmica indígena e os Princípios CARE para governança de dados indígenas (Carroll et al., 2020). Os Princípios CARE – sigla em inglês para Benefício Coletivo (*Collective Benefit*), Autoridade para Controlar (*Authority to Control*), Responsabilidade (*Responsibility*) e Ética (*Ethics*) – estabelecem parâmetros para a governança de dados indígenas que reconhecem as informações sobre essas comunidades como recursos culturais sob controle coletivo, em oposição a regimes de apropriação próprios a dinâmicas coloniais. A aplicação desses princípios orientou decisões sobre quais informações incluir, como apresentar ativistas e organizações e como evitar representações passíveis de instrumentalização para fins de vigilância ou discriminação.

Metodologicamente, a investigação sustenta-se em dois procedimentos complementares. O primeiro consiste na construção e análise de um *corpus* documental composto por artigos e textos acadêmicos, relatórios de organizações indígenas (como a BAAITS e a Native Youth Sexual Health Network), dados estatísticos publicados (Center for Native American You-

th, 2020; The Trevor Project, 2023; U.S. Census Bureau, 2024) e registros públicos de campanhas digitais (postagens, *hashtags*, vídeos e materiais disponíveis em plataformas como *TikTok*, *Instagram*, *Facebook* e *YouTube*).

O segundo procedimento baseia-se em uma abordagem etnográfica digital, compreendida como o acompanhamento sistemático das presenças e práticas *online* de ativistas e organizações indígenas LGBTQIAPN2+ ao longo do período analisado. Essa etnografia envolveu o monitoramento regular de perfis públicos, a observação de dinâmicas de interação em campanhas como #IdleNoMore, #MMIW e #NativeTikTok, e a análise de como os conteúdos circulam e são questionados ou ressignificados nessas plataformas. Não foram realizadas entrevistas nem interações diretas com ativistas: a análise baseia-se integralmente em material de acesso público.

Para selecionar as fontes, exigiu-se que cada material atendesse a pelo menos dois critérios: autoria ou protagonismo de pessoas indígenas autoidentificadas e com afiliação étnica documentada; publicação em periódicos revisados por pares ou relatórios de organizações indígenas; evidências de impacto, como métricas de engajamento, cobertura midiática ou citação por outras organizações indígenas; e conformidade com protocolos éticos de pesquisa indígena, incluindo, quando aplicável, os princípios OCAP – sigla em inglês para Propriedade (*Ownership*), Controle (*Control*), Acesso (*Access*), Posse (*Possession*).

Priorizamos fontes produzidas ou conduzidas por pessoas indígenas, em coerência com metodologias decoloniais que reconhecem comunidades indígenas como produtoras de conhecimento. Essa abordagem, inspirada nos princípios de pesquisa participativa de base comunitária (CBPR, sigla em inglês) elaborados por Laveaux e Christopher (2009), busca evitar práticas predatórias de pesquisa ao privilegiar as perspectivas das próprias comunidades.

O recorte de 2013 a 2023 acompanha a consolidação de plataformas visuais e de vídeos curtos, como *Instagram* (que se populariza a partir de 2012-2013) e *TikTok* (lançado globalmente em 2018), ambientes predominantes do ativismo digital indígena analisado. É também em 2013 que emergem movimentos digitais indígenas de alcance transnacional, como #IdleNoMore, iniciado em novembro de 2012, com seu Dia Mundial de Ação (*World Day of Action*), em janeiro de 2013; e a primeira campanha nacional canadense da Native Youth Sexual Health Network contra homofobia e transfobia dirigida a jovens das Primeiras Nações (NYSHN; Women's Earth Alliance, 2016). O período de análise finaliza com a consolidação de fenômenos como #NativeTikTok e as reconfigurações pós-pandêmicas do ativismo digital, incluindo o Encontro sobre Distanciamento Social (*Social Distance Powwow*[1]). Esse recorte pode deixar de

1 No original em inglês, o termo "*powwow*" faz referência a cerimônias intertribais que envolvem dança, música e rituais coletivos, de modo que a tradução para "encontro", no português, está longe de abarcar o significado sociocultural da palavra no original.

fora formas anteriores de ativismo digital indígena, circulando por meio de *websites*, blogs e fóruns *online* em períodos anteriores, o que abre espaço para pesquisas futuras com perspectiva longitudinal.

Reconhecemos, ainda, outras limitações importantes. A concentração geográfica de casos norte-americanos reflete a disponibilidade de fontes em língua inglesa e as disparidades no acesso digital que atingem comunidades indígenas globalmente. Comunidades indígenas em regiões remotas da América Latina, por exemplo, podem desenvolver estratégias digitais inovadoras que permanecem invisíveis à documentação acadêmica devido a barreiras linguísticas, infraestruturais e institucionais. A dependência de informações publicamente disponíveis restringe o que se pode dizer sobre estratégias desenvolvidas em canais privados ou em plataformas controladas coletivamente pelas próprias comunidades. Algumas das práticas mais relevantes de resistência digital podem justamente ocorrer deliberadamente fora da visibilidade pública, visando evitar vigilância estatal ou cooptação comercial.

A pesquisa sobre ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+ exige, ainda, cuidados éticos que vão além dos protocolos convencionais de pesquisa acadêmica. Ativistas com maior evidência podem enfrentar riscos de segurança relacionados à exposição de suas filiações identitárias, particularmente em contextos nos quais legislação anti-LGBTQIAPN2+ ou políticas anti-indígenas criam ambientes hostis. Os Princípios CARE orientaram decisões metodológicas ao longo de toda a investigação, reconhecendo que dados sobre comunidades indígenas devem servir, sobretudo, aos interesses das próprias comunidades.

HETEROCOLONIALIDADE DIGITAL: TECNOLOGIAS DE CONTROLE E TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Entender o ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+ exige uma chave interpretativa que dê conta, político-epistemologicamente, das dimensões materiais e simbólicas pelas quais as tecnologias digitais funcionam como extensões da heterocolonialidade e como espaços de disputa. A heterocolonialidade, conforme esboçamos aqui, em diálogo com os conceitos de colonialidade de gênero (Lugones, 2009) e colonialidade dos afetos e do desejo (Gontijo, 2021), designa uma arquitetura sistêmica que vincula a imposição da (cis)heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade como tecnologias de dominação colonial sobre corpos racializados, atuando como mecanismo de apagamento cosmológico, gestão necropolítica e expropriação territorial.

Cabe indicar, ainda, uma diferença entre a noção de heterocolonialidade e a de homonacionalismo (Puar, 2007). Enquanto o homonacionalismo age pela inclusão seletiva de sujeitos LGBTQIAPN2+ em projetos imperiais, instrumentalizando direitos sexuais para legitimar vio-

CC BY NC SA

lências externas, a heterocolonialidade funciona sobretudo pela exclusão e pelo apagamento epistêmico de cosmologias indígenas e racializadas de gênero e sexualidade. A heterocolonialidade não descreve tão somente preconceitos individuais, mas também uma matriz de poder inscrita em instituições, categorias jurídicas e, como aqui se indica, em arquiteturas tecnológicas.

A "heterocolonialidade digital", noção que propomos como extensão analítica desse conceito, refere-se especificamente ao modo como plataformas digitais reproduzem estruturas de vigilância, extração de dados e normalização análogas às tecnologias coloniais de controle. As arquiteturas algorítmicas gerindo a visibilidade de conteúdos funcionam mediante vieses que vão além de lógicas de mercado e reproduzem padrões coloniais: priorizam conteúdos que ratificam expectativas estereotipadas sobre uma indigeneidade "autêntica"; sexualizam corpos racializados a partir de sistemas de recomendação baseados em fetichização; e invisibilizam perspectivas que contrapõem binarismos coloniais de gênero mediante práticas de *shadow banning*, isto é, redução algorítmica de alcance sem notificação explícita, direcionadas a criadores(as) indígenas LGBTQIAPN2+ (Leverston, 2021). Esse funcionamento se inscreve na confluência entre biopolítica virtual e capitalismo de vigilância, em consonância com o que Ramiro e Souza (2025) denominam o regime do "*Homo virtualis*", no qual mecanismos de gestão biopolítica se traduzem em mediações algorítmicas de controle.

O que distingue o contexto digital é a capacidade de comunidades subalternizadas fazerem uso estratégico dessas mesmas tecnologias para fins que excedem e muitas vezes subvertem suas programações originais, sem que isso implique controle efetivo sobre a infraestrutura algorítmica e os servidores que as mantêm. As práticas desenvolvidas por ativistas indígenas LGBTQIAPN2+ ilustram o que Escobar (2018) denomina "*designs* para o pluriverso", isto é, estratégias que se servem de tecnologias dominantes para sustentar ontologias relacionais que desafiam os fundamentos da modernidade colonial. É o tático no sentido proposto por Certeau (1984): agir dentro de sistemas dominantes sem dispor de um "lugar próprio", e não de apropriação plena ou de transformação das lógicas das plataformas.

A noção de "soberania digital indígena", desenvolvida por pesquisadoras como Stephanie Carroll Rainie, encontra sua operacionalização nos princípios CARE (Carroll et al., 2020), segundo os quais os dados sobre comunidades indígenas constituem recursos culturais que devem permanecer sob controle coletivo, contrariando princípios corporativos que tratam as informações indígenas como mercadorias livremente apropriáveis. Aplicados ao ativismo digital LGBTQIAPN2+ indígena, esses princípios indicam que as plataformas podem funcionar como espaços de autodeterminação narrativa, ainda que essa autodeterminação permaneça mediada e limitada pelas arquiteturas algorítmicas e pelos interesses corporativos dessas plataformas.

Outra contribuição vem da perspectiva "Ver com os Dois Olhos" (*Two-Eyed Seeing*), desenvolvida por pesquisadores(as) indígenas Mi'kmaq como Albert D. Marshall e Murdena Mar-

shall, e utilizada por Pruden e Salway (2020). Ela oferece um caminho metodológico interessante para compreender como o ativismo digital indígena lida com múltiplas cosmologias simultaneamente. A proposta recusa a fusão entre conhecimentos indígenas e ocidentais, criando espaços onde ambos coexistem, mantendo suas especificidades e produzindo formas híbridas de conhecimento que ampliam as possibilidades de resistência. Aqui, a contribuição dos estudos *queer* decoloniais também é fundamental: identidades Two-Spirit e indígenas LGBTQIAPN2+ recusam a heteronormatividade colonial e os aparatos identitários euro-norte-americanos. Rifkin (2012), por exemplo, demonstra que as categorias Two-Spirit não podem ser adequadamente compreendidas com base em perspectivas ocidentais de identidade sexual e requerem epistemologias que reconheçam sistemas de gênero baseados em relações espirituais, responsabilidades coletivas e conexões cosmológicas que escapam aos binarismos coloniais.

A digitalização dessas cosmologias produz tensões entre a produção de memórias coletivas e a mediação tecnológica que as torna possíveis. As coletividades, no entanto, não controlam as infraestruturas nas quais esses conteúdos circulam e são armazenados, de modo que a circulação digital funciona como atualização e reativação de saberes; falar em preservação, em sentido estrito, seria impreciso. As práticas de ativistas como Kairyn Potts, membro da Alexis Nakota Sioux Nation, com presença digital no *TikTok*, *Instagram*, *Twitch* e *Snapchat*, que combina performance Two-Spirit e pedagogia digital, ilustram o que Kim TallBear (2011) caracteriza como "tecnociência indígena" (*indigenous techno-science*): formas de conhecimento que integram tecnologias contemporâneas a epistemologias indígenas sem reproduzir a dicotomia moderna entre tradição e inovação.

As plataformas digitais comerciais, porém, funcionam segundo lógicas capitalistas capazes de cooptar resistências (Ramiro; Souza, 2025). A presença crescente do "turismo digital" voltado a "exotizar" identidades Two-Spirit, alimentada por algoritmos que premiam o engajamento, pode reproduzir práticas coloniais de extração cultural.

CARTOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA: ATIVISTAS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS LGBTQIAPN2+ NO AMBIENTE DIGITAL

Pesquisar o ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+ permite identificar ativistas e organizações que utiliza[ra]m plataformas comerciais como espaços de organização cultural e política. Esta seção mapeia essas presenças com base em exemplos concretos norte-americanos, analisando as especificidades culturais e as estratégias desenvolvidas por cada uma delas. O termo "cartografia" visa situar esse mapeamento analítico para além da cartografia descritiva, como exercício de identificação de práticas, relações e estratégias em um campo disputado, atento às condições materiais e simbólicas nas quais operam.

Protagonistas individuais: pedagogias *Two-Spirit* em rede

A série "*Reclaim(ed)*", coapresentada por Kairyn Potts no *Snapchat*, foi a primeira produção canadense da plataforma sobre cultura indígena sob a perspectiva da chamada "geração Z" e tematizou identidades de gênero e sexualidade anteriores à colonização. Potts combina entretenimento digital e prevenção do suicídio juvenil, usando os algoritmos de engajamento das plataformas para divulgar conhecimentos sobre bem-estar coletivo e pertencimento, em sentido distinto do que o desenho corporativo dessas plataformas prevê. Na prática, a estratégia inclui vídeos curtos que ensinam danças tradicionais Two-Spirit, narram histórias cosmológicas em linguagem acessível ao público jovem e vinculam a saúde mental ao pertencimento étnico; tudo isso ocorre nos formatos das plataformas, mas serve à reativação cultural e ao acolhimento coletivo.

PhD pela Universidade de Denver, Charlie Amáyá Scott usa o *Instagram* para tematizar questões que atingem comunidades indígenas *queer*, combinando densidade teórica e linguagem acessível em postagens que traduzem teorias decoloniais para termos compreensíveis ao grande público. Sua presença digital entre 2020 e 2023 indica como pesquisadores(as) indígenas podem mobilizar as mídias sociais para democratizar o acesso a conhecimentos acadêmicos. Na prática, isso pode ser visto na produção de *posts* e *stories* que traduzem argumentos acadêmicos sobre colonialismo e heteronormatividade em formato visual, permitindo circulação em redes de jovens indígenas que dificilmente acessariam periódicos acadêmicos convencionais.

Primeira pessoa trans eleita no estado do Maine (em 2020) e premiado com o United States Artists Fellowship (em 2021), Geo Soctomah Neptune (Passamaquoddy, Indian Township, Maine), ilustra a convergência entre o ativismo Two-Spirit e o reconhecimento institucional, combinando arte tradicional, performance *drag* e ativismo digital. Sua presença no *Instagram* e participações em séries como "Getting Curious" (*Netflix*) indicam como artistas Two-Spirit podem mobilizar visibilidade midiática para educar o público sobre diversidade de gênero indígena. Neptune une práticas artísticas tradicionais, como a cestaria, carregada de significados espirituais e de gênero, a formatos digitais e midiáticos contemporâneos, sem aceitar a separação entre "tradição" e "modernidade" e sem fazer da primeira um adorno da segunda.

A participação de Sean Snyder e Adrian Stevens na Nike's Be True Campaign (junho de 2022) e a recriação de capa da revista OUT (agosto de 2022) cruza as fronteiras tradicionais entre *powwow* (cerimônias intertribais que envolvem dança, música e rituais coletivos) e ativismo LGBTQIAPN2+, por meio de coreografias compartilhadas em plataformas digitais no período de 2017 a 2023. Cabe destacar, entretanto, que a participação em campanhas corporativas, como a da Nike, ao mesmo tempo em que permite maior visibilidade, expõe as práticas à cooptação comercial: a abertura a esses circuitos permite alcançar públicos amplos e gerar sus-

tentabilidade financeira, mas também expõe práticas culturalmente significativas às dinâmicas de *marketing* e de mercantilização identitária próprias do consumo cultural contemporâneo.

Organizações: infraestruturas de mobilização digital

Fundada em 1998, a Bay Area American Indian Two-Spirits (BAAITS), da região de San Francisco, constitui a organização mais documentada, academicamente. Com presença digital consolidada em *website* (baaits.org), *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* e *Eventbrite*, seu Powwow Two-Spirit anual tornou-se um dos maiores eventos de sua categoria na América do Norte, com uma participação crescente desde seu início, em 2012. A BAAITS mostra como organizações indígenas LGBTQIAPN2+ podem usar plataformas digitais para criar espaços de aliança e acolhimento que vão além das distâncias produzidas pela dispersão colonial. Registram-se digitalmente cerimônias e entrevistas com anciãos, em registro e circulação coletiva de saberes que se serve de plataformas comerciais para fins próprios; mesmo assim, a infraestrutura subjacente permanece fora do alcance dessas comunidades. A BAAITS implementa protocolos baseados nos princípios OCAP para decidir quais aspectos de cerimônias podem ser registrados e divulgados e quais devem permanecer sob controle comunitário restrito; tratam-se de exercícios concretos de soberania sobre dados e representações culturais, ainda que os servidores e algoritmos das plataformas escapem a esse controle.

Num outro foco, centrado na saúde sexual e bem-estar de jovens indígenas, tem-se a campanha "Sexualidade Saudável & Combate à Homofobia e à Transfobia" (*Healthy Sexuality & Fighting Homophobia and Transphobia*) (2013), primeira iniciativa do tipo nacional canadense voltada ao enfrentamento de homofobia e transfobia entre jovens das Primeiras Nações, foi desenvolvida pela Native Youth Sexual Health Network, que combina ativismo digital e pesquisa acadêmica (Hardy et al., 2020). Sua iniciativa estabeleceu precedentes para o uso de mídias sociais em intervenções de saúde pública culturalmente informadas: desenvolveu protocolos próprios de circulação de informações sobre saúde mental e bem-estar comunitário em ambiente digital, em linguagens que dialogam com cosmologias indígenas de saúde, distintas dos modelos biomédicos ocidentais.

Se a BAAITS centra sua presença digital na documentação e circulação de práticas cerimoniais e a NYSHN foca na saúde, há ainda outro registro – já no âmbito da articulação institucional: em 2013, a National Confederacy of Two-Spirit Organizations (NC2SO) criou o primeiro diretório de recursos Two-Spirit, coordenando informações entre os Estados Unidos e o Canadá a partir de plataformas digitais. Hospedado em *website* próprio e divulgado em redes sociais, esse diretório conecta comunidades geograficamente distantes e organiza redes de apoio que cruzam as fronteiras nacionais impostas pela colonização. A administração coletiva desse recurso envolve representantes de diversas organizações Two-Spirit, ainda que os limites de sua autonomia sejam definidos pela dependência de servidores e de plataformas comerciais para hospedagem e divulgação.

Movimentos emergentes: We Matter Campaign e mobilização juvenil

A We Matter Campaign, fundada em 2016 pelos irmãos Kelvin e Tunchai Redvers (Deninu Kųé First Nation, Northwest Territories), é uma referência no ativismo digital indígena voltado à prevenção do suicídio juvenil. Sua campanha #WeMatter ("Nós Importamos", em tradução livre) alcançou um milhão de pessoas no primeiro mês e mais de 25.000 seguidores no *Facebook*. A We Matter Campaign reconhece as limitações de infraestrutura que atingem comunidades indígenas remotas e adapta sua atuação realizando campanhas nas redes sociais voltadas a centros urbanos e distribuindo conteúdos gravados em dispositivos portáteis para comunidades sem acesso à internet. Essa abordagem híbrida, ao combinar circulação digital e distribuição física, mostra como ativistas indígenas adaptam tecnologias às realidades materiais de suas comunidades, recusando modelos de mobilização digital que pressupõem acesso universal à banda larga.

Mobilizações *hashtag*: #IdleNoMore e #MMIW

O movimento #IdleNoMore ("Não Mais Inativa", em tradução livre), mobilização transnacional iniciada por quatro mulheres em Saskatchewan (novembro de 2012), alcançou escala global em questão de semanas. O Dia Mundial da Ação (28 de janeiro de 2013) realizou 50 eventos em todo o mundo. A análise de Leverston (2021), com base em 26.752 *tweets* de influenciadores(as) indígenas, documenta como a campanha #StopLine3 alcançou engajamento de 1,9 milhão de pessoas, embora essa visibilidade tenha permanecido concentrada em círculos já sensíveis às questões indígenas, evidenciando os limites das bolhas algorítmicas. A *hashtag* agregou demandas locais dispersas em uma narrativa transnacional de resistência: na prática, ativistas etiquetavam vídeos de protestos, relatos pessoais e convocatórias com o mesmo marcador, criando, em tempo real, redes de solidariedade entre comunidades geograficamente distantes.

Por sua vez, a campanha #MMIW (sigla em inglês para Mulheres Indígenas Desaparecidas e Assassinadas, em tradução livre) desenvolveu simbologias visuais específicas circulando amplamente em plataformas digitais e estabelecendo 14 de fevereiro como Dia Nacional de Ação e Conscientização e 5 de maio como dia oficial da campanha MMIW.

Fenômenos emergentes: #NativeTikTok e Social Distance Powwow

No #NativeTikTok, criadores(as) Two-Spirit produzem conteúdo educativo sobre papéis tradicionais de gênero e confrontam estereótipos sobre o que significa ser indígena. Esses espaços digitais funcionam como espaços onde conhecimentos sobre diversidade de gênero indígena circulam para além das fronteiras nacionais, contrapondo narrativas coloniais que

CC BY NC SA

tratam a diversidade sexual como importação ocidental. Esses criadores(as) produzem vídeos curtos que contam histórias cosmológicas de suas nações sobre papéis de gênero não binários, respondem a comentários e montam séries sobre a história pré-colonial de suas comunidades. São práticas pedagógicas que aproveitam o formato algorítmico do *TikTok*, organizado em torno da viralização e da recomendação, para reativar a memória cultural.

Outro caso é o Social Distance Powwow, organizado durante a pandemia de COVID-19 como um grupo no Facebook com mais de 227.000 membros, criando espaços para a expressão cultural tradicional em contextos de isolamento físico. Esse evento digital possibilitou transferência de conhecimento intergeracional, fornecendo espaço próprio para jovens indígenas LGBTQIAPN2+ expressarem identidades que o convívio familiar ou comunitário presencial muitas vezes silencia.

Os exemplos mapeados mostram como as práticas desenvolvidas por ativistas e organizações indígenas LGBTQIAPN2+ associam tecnologias contemporâneas e ontologias relacionais de modos que não se reduzem ao uso instrumental das tecnologias. A análise dessas práticas exige marcos conceituais capazes de descrever suas especificidades epistemológicas.

EPISTEMOLOGIAS DIGITAIS DECOLONIAIS: TEMPORALIDADES E COSMOPOLÍTICAS TECNOLÓGICAS

A investigação das práticas desenvolvidas por comunidades indígenas LGBTQIAPN2+ em ambiente digital evidencia a constituição de formas-outras de conhecimento, distintas da instrumentalização tecnicista das tecnologias e das epistemologias euro-norte-americanas convencionais. Como já indicado, essas epistemologias atuam por meio de cosmopolíticas indígenas nas quais as tecnologias digitais participam de redes mais amplas que envolvem tradicionalidades, territorialidades e cosmologias, sem que as tecnologias sejam ferramentas neutras de aplicação instrumental.

Convém deixar claro em que sentido tais práticas podem ser qualificadas como um regime epistêmico característico, não restrito ao mero uso criativo das plataformas digitais para o reforço identitário ou a transmissão de valores culturais. Alguns elementos, tomados em conjunto, definem essa particularidade. As práticas analisadas funcionam com base em temporalidades distintas das estruturas algorítmicas. Enquanto as plataformas estruturam conteúdos em torno de novidade, *feeds* baseados em relevância algorítmica e métricas de engajamento, ativistas indígenas LGBTQIAPN2+ mobilizam o que Glissant (1990) denomina "poética da relação": temporalidades espirais que conectam memórias tradicionais e possibilidades futuras. Em segundo lugar, a agência se distribui entre ancestrais, entidades espirituais, natureza e as próprias tecnologias, todos participantes de uma mesma rede de relações, desestabilizando

as noções convencionais de ativismo digital que presumem sujeitos humanos individuais utilizando instrumentalmente ferramentas tecnológicas. Por fim, a forma de organização prioriza o cuidado comunitário e a reconstituição de laços fragmentados pela colonização. Define-se aí um regime de produção de conhecimento que não se restringe à militância nem à mudança legislativa. Seu horizonte é o que chamamos, em caráter provisório, de "revitalização cosmológica" no sentido de uma reativação de saberes, relações e narrativas de gênero suprimidos ou marginalizados pela imposição heterocolonial, os quais reaparecem em parte nos enunciados públicos dessas práticas digitais (sobre a continuidade cosmológica dessas formas de gênero e sexualidade, cf. Fernandes; Arisi, 2017).

No *TikTok*, Potts ensina danças tradicionais Two-Spirit com significados espirituais. Esses conteúdos se afastam das lógicas de entretenimento viral, ocorrendo como práticas de reativação de saberes que utilizam arquiteturas digitais para fazer circular conhecimentos ameaçados pela colonização. As pesquisas de Coe (2023) reforçam essa leitura ao mostrar como mulheres indígenas *queer* utilizam plataformas como *TikTok*, *Instagram* e *Spotify* para constituir comunidades digitais baseadas em identidades compartilhadas. Nessas redes, elas formam "famílias escolhidas", laços afetivos que vão além das estruturas de parentesco que a colonização fragmentou. O foco recai sobre o (re)tecer de conexões e a criação de espaços de existência coletiva resistentes à violência colonial, mais do que sobre a reivindicação de direitos junto ao Estado. Essa orientação evidencia um ativismo voltado ao fortalecimento de laços internos da comunidade e ao sentimento de pertencimento como condição da transformação estrutural.

Essas práticas, contudo, não devem ser romantizadas. As plataformas nas quais circulam são estruturadas por racionalidades corporativas voltadas à extração de dados e à monetização de conteúdo (Ramiro; Souza, 2025). A autodeterminação narrativa exercida por ativistas Two-Spirit é permanentemente mediada e limitada por algoritmos cujos critérios de visibilidade ultrapassam o controle coletivo. A noção de "epistemologias digitais decoloniais" designa, nesse sentido, práticas situadas num campo de tensão entre o uso estratégico e a dependência de infraestrutura, sem implicar necessariamente autonomia epistêmica plena.

SOBERANIA DE DADOS COMO TERRITORIALIDADE EPISTÊMICA

Os Princípios CARE ajudam a compreender como a soberania digital indígena se liga às lutas territoriais, ao tratar o território físico e o território informacional como faces de uma mesma disputa pela autodeterminação. Aplicados ao ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+, expõem a tensão entre o uso estratégico das tecnologias e a reprodução, pelas próprias plataformas, de dinâmicas coloniais.

A organização de eventos como o Two-Spirit Powwow da BAAITS, ao combinar participação presencial e documentação digital, mostra estratégias que se servem de plataformas comerciais para fins coletivos, buscando manter algum grau de controle sobre suas representações culturais e sobre os dados que produzem. Como já indicado, a BAAITS adota protocolos nos quais anciãos e lideranças comunitárias decidem coletivamente quais momentos do Powwow podem ser filmados e divulgados, quais devem permanecer restritos a participantes presentes e quais registros fotográficos podem circular nas redes sociais. Essas decisões configuram exercícios práticos de soberania de dados: a comunidade exerce coletivamente autoridade sobre o que constitui dado público e o que é recurso cultural protegido, ainda que a infraestrutura digital utilizada permaneça sob controle corporativo. É, como se vê, uma autonomia relativa, agindo-se dentro dos limites das plataformas, sem rompê-los.

O trabalho de Cordes et al. (2024) sobre saúde digital demonstra como a integração de princípios de soberania de dados exige metodologias lideradas coletivamente e ferramentas adequadas, culturalmente. Protocolos como os desenvolvidos pela Native Youth Sexual Health Network mostram como essas epistemologias dão prioridade ao cuidado comunitário e à transmissão de saberes intergeracionais, com estratégias que levam em consideração os limites de infraestrutura e ajustam as tecnologias às condições materiais de cada espaço.

As apropriações táticas aqui descritas correspondem ao que Certeau (1984) denomina "artes de fazer", práticas que fazem uso dos sistemas dominantes sem se entregar a eles por completo, criando espaços de agência dentro de estruturas aparentemente restritivas. Isso também converge com a pesquisa de Hardy et al. (2020), ao confirmar que abordagens autodeterminadas funcionam melhor do que intervenções impostas de fora, o que reforça um ponto relativamente intuitivo: ninguém conhece as necessidades de uma comunidade melhor do que ela mesma.

Essas práticas atuam em um campo de tensões estruturais. A dependência de plataformas comerciais coloca ativistas em uma relação contraditória com corporações que lucram com a extração de dados e com o conteúdo produzido gratuitamente, reproduzindo padrões de dependência tecnológica análogos aos de relações coloniais históricas.

ALGORITMOS E HIERARQUIAS DE VISIBILIDADE

Os algoritmos que definem a visibilidade de conteúdos em plataformas digitais reproduzem vieses estruturais que tendem a invisibilizar perspectivas indígenas ou a promovê-las apenas quando atendem a expectativas estereotipadas de públicos ocidentais. A análise de Leverston (2021), como já citado, mostra que essa visibilidade ficou concentrada em círculos já sensibilizados para a causa, o que expõe a dificuldade de as estratégias digitais furarem as bolhas algorítmicas e atingirem novos públicos.

Criadores(as) Two-Spirit frequentemente relatam práticas de *shadow banning*, especialmente quando abordam a sexualidade ou criticam políticas governamentais relacionadas aos direitos indígenas. Essas práticas constituem formas contemporâneas de censura por meio de mecanismos tecnológicos aparentemente neutros, reproduzindo silenciamentos históricos de vozes indígenas dissidentes.

Esses dispositivos servem à opressão e abrem caminhos para a contestação, exigindo uma análise sistemática das múltiplas dimensões do ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+. A tabela a seguir mapeia nove dimensões centrais identificadas na pesquisa, mostrando como cada uma reúne potências decoloniais e riscos estruturais de cooptação, ao lado das estratégias de resistência desenvolvidas pelas próprias comunidades.

Tabela 1*: Síntese das dimensões do ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+*
(Obs.: A tabela deve ser lida considerando-se as especificidades contextuais de cada comunidade e região.)

Dimensão	Potencialidades decoloniais	Riscos de cooptação	Estratégias de resistência identificadas	Casos empíricos
Visibilidade	Democratização de perspectivas Two-Spirit; educação global sobre diversidade de gênero indígena	Exotização; tokenismo; reprodução de estereótipos	Criação de conteúdo educacional; parcerias com organizações indígenas; protocolos comunitários	Kairyn Potts (Snapchat); # NativeTikTok
Organização	Conexão transnacional; mobilização rápida; coordenação de eventos	Vigilância estatal; dependência de plataformas privadas	Uso híbrido (digital + presencial); diversificação de plataformas; protocolos de segurança	#IdleNoMore; NC2SO
Preservação cultural	Arquivamento digital; transmissão intergeracional; revitalização linguística	Apropriação cultural; perda de controle sobre conhecimentos sagrados	Protocolos OCAP; plataformas controladas por comunidades; educação sobre direitos culturais	Two-Spirit Powwow da BAAITS; social distance Powwow
Saúde mental	Redes de apoio; campanhas de prevenção; Redução de isolamento	Exposição à violência online; Cyberbullying; Trauma vicário	Moderação comunitária; espaços seguros; treinamento em primeiros socorros digitais	We Matter Campaign; NYSHN

contínua

CC BY NC SA

Dimensão	Potencialidades decoloniais	Riscos de cooptação	Estratégias de resistência identificadas	Casos empíricos
Ativismo político	Documentação de violações; pressão sobre instituições; mobilização legislativa	Despolitização; cooptação por agendas externas; neutralização através de engajamento superficial	Manutenção de autonomia; alianças estratégicas; educação política	#MMIW; ativismo de Geo Neptune
Infraestrutura tecnológica	Democratização de acesso; redução de custos; flexibilidade geográfica	Exclusão digital; dependência de infraestruturas corporativas; obsolescência tecnológica	Soluções híbridas; distribuição de conteúdos offline; telecomunica-ções comunitárias	We Matter (dispositivos USB); comunidades remotas
Preservação linguística	Revitalização de idiomas nativos; multilinguismo; tradução cultural	Dominância do inglês; perda de nuances linguísticas; padronização colonial	Conteúdo multilíngue; pedagogia cultural; documentação de idiomas	Charlie Amáyá Scott (Navajo/inglês); Sean Snyder (performance multilíngue)
Alianças interétnicas	Solidariedades pan-indígenas; conexões globais; aprendizado mútuo	Homogeneiza-ção de diferenças; imposição de agendas externas; perda de especificidades culturais	Respeito a especificidades; reciprocidade cultural; protocolos de colaboração	NC2SO (EUA-Canadá); BAAITS-organizações canadenses
Dinâmicas geracionais	Ponte intergeracional; inovação juvenil; preservação de saberes de anciãos	Conflitos geracionais; perda de autoridade de anciãos; individualização de jovens	Projetos intergeracionais; mentoria digital; espaços específicos por idade	Social Distance Powwow; programas NYSHN

Fonte: elaborado pelos autores.

Essa síntese mostra que, em cada uma dessas dimensões, o mesmo aparato que abre caminho para a autodeterminação indígena também vincula diretamente essas práticas à estrutura comercial das plataformas, sem se enquadrar em dicotomias simples entre resistência e cooptação. Quando a BAAITS decide coletivamente o que pode ser filmado e divulgado em seu Powwow, ou quando o Social Distance Powwow reúne milhares de pessoas em torno de cerimônias durante a pandemia, esses coletivos protegem conhecimentos cosmopolíticos e

revigoram suas culturas pela via digital. Por sua vez, as campanhas #IdleNoMore e #MMIW reaproximaram comunidades que a colonização havia dispersado e conectaram as lutas locais pela terra a um horizonte anticolonial mais amplo.

As estratégias de infraestrutura tecnológica indicam a possibilidade de adaptações criativas como no modelo híbrido da We Matter Campaign. As dimensões de saúde mental e de protagonismo político apontam confluências entre o cuidado coletivo e a contestação estrutural: campanhas como as da Native Youth Sexual Health Network e da We Matter mostram como essas plataformas podem funcionar como tecnologias de cuidado coletivo, lidando com o sofrimento individual e a violência sistêmica.

A mercantilização de identidades Two-Spirit por corporações que exploram representações "exóticas" em campanhas publicitárias direcionadas por algoritmos perpetua dinâmicas coloniais de sexualização e fetichização de corpos indígenas, transformando identidades em mercadorias consumíveis (Gontijo; Arisi; Fernandes, 2021). Essa lógica de cooptação se manifesta por meio de algoritmos que priorizam conteúdos baseados em engajamento superficial, muitas vezes privilegiando representações estereotipadas. Programas de monetização, paradoxalmente, oferecem sustentabilidade financeira a criadores(as) indígenas historicamente dependentes de trabalho voluntário, gerando um dilema entre a necessidade econômica imediata e as responsabilidades culturais de longo prazo. A vigilância corporativa inclui a manipulação algorítmica dirigida e o disparo estratégico de desinformação. As mesmas tecnologias que viabilizam essa resistência também expõem ativistas a formas atuais de repressão, sobretudo quando eles se opõem a projetos extrativistas ou reivindicam direitos territoriais.

Feitas para o indivíduo, essas plataformas se organizam em perfis pessoais, métricas de engajamento e pressão por uma "marca pessoal". Essa configuração vai de encontro às formas de solidariedade coletiva baseadas no consenso e na responsabilidade compartilhada. Conforme documenta Laing (2021), isso induz a ler de modo individual identidades que são coletivas, refletindo contradições entre cosmologias indígenas e ontologias liberais sobre e para as quais essas tecnologias foram construídas.

PERSPECTIVAS TRANSNACIONAIS: LIÇÕES PARA O CONTEXTO BRASILEIRO

As epistemologias digitais decoloniais identificadas no contexto norte-americano oferecem marcos analíticos úteis que extrapolam esse contexto etnográfico específico. Em contextos ultraneoliberais e conservadores como o brasileiro, onde o fascismo moral mobiliza pânicos sexuais para legitimar a tomada de territórios e violências estruturais, as estratégias desenvolvidas por comunidades Two-Spirit e indígenas *queer* norte-americanas podem ganhar relevância política própria.

Como discutido em Fernandes (2025), o nexo evangélico-agronegócio intensificado durante o governo Bolsonaro mostra como a demonização da "ideologia de gênero" coincide com a intensificação da violência contra povos indígenas e populações LGBTQIAPN2+ racializadas, em uma operação do fascismo moral como tecnologia governamental que articula regulação sexual e acumulação capitalista, dinâmica que reproduz os padrões de heterocolonialidade digital identificados na América do Norte.

As disparidades no acesso à internet documentadas nos Estados Unidos, onde apenas 65% dos domicílios indígenas dispõem de banda larga (U.S. Census Bureau, 2024), encontram sérios paralelos no contexto brasileiro. Segundo o Censo Demográfico 2022, enquanto 89,4% da população brasileira residia em domicílios com acesso à internet, 44,5% da população indígena não dispunha de acesso domiciliar, proporção mais de três vezes superior àquela verificada entre pretos (12,9%) e pardos (12,7%) e quase seis vezes superior àquela de brancos (7,5%) (IBGE, 2024). Essas limitações infraestruturais se interseccionam com políticas de desmonte de direitos indígenas e com a criminalização de organizações que defendem a diversidade sexual, criando ambientes onde estratégias digitais de resistência enfrentam obstáculos materiais e políticos.

As práticas apontadas neste texto oferecem pistas para o desenvolvimento de estratégias que potencializem usos decoloniais das tecnologias disponíveis, entre elas a diversificação de plataformas para reduzir dependências corporativas, a criação de protocolos comunitários para a proteção de conhecimentos tradicionais e a construção de soluções híbridas que conciliem a circulação em rede e a entrega direta de conteúdo a comunidades remotas. Para lideranças LGBTQIAPN2+ racializadas, a pesquisa sugere que os usos decoloniais de tecnologias exigem marcos éticos específicos, atentos à proteção dos interesses comunitários diante da cooptação comercial e da vigilância estatal e corporativa. A implementação de protocolos baseados nos princípios CARE, por exemplo, tem buscado assegurar algum grau de soberania sobre as representações culturais e viabilizar a circulação e a transmissão de conhecimentos cosmológicos sobre a diversidade sexual e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento do ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+ nos Estados Unidos e no Canadá expõe tensões estruturais para além de questões estritamente tecnológicas, indicando algumas das tensões entre as cosmologias indígenas e as ontologias liberais que estruturam as arquiteturas tecnológicas modernas/coloniais. Laing (2021) mostra como essas tensões se manifestam na reconfiguração urbana das identidades Two-Spirit, em que jovens indígenas circulam entre expectativas familiares e possibilidades identitárias oferecidas por redes digitais globalizadas.

A noção de "heterocolonialidade digital", desenvolvida ao longo do texto, buscou explorar como plataformas digitais reproduzem matrizes coloniais de poder, mas também abrem espaço para contrapô-las. Esse regime age sobretudo pela exclusão e pelo apagamento epistêmico de cosmologias indígenas e racializadas de gênero, por meio de algoritmos que reproduzem vieses coloniais, de práticas de *shadow banning* e de sistemas de recomendação que sexualizam corpos racializados e, nele, emergem apropriações irreduzíveis a usos estritamente utilitaristas.

É dessa irredutibilidade que nasce a noção de "epistemologias digitais decoloniais". A análise das práticas de ativistas como Potts, Coe e Neptune, ao lado das organizações mapeadas, permitiu identificar um regime epistêmico próprio – de modo propositivo e que demanda aprofundamento em pesquisas com maior base empírica –, marcado por temporalidades não-lineares, agências distribuídas que incluem humanos, não-humanos e antepassados, e atenção conferida ao cuidado coletivo em relação à lógica do ativismo individualizado. Essas dimensões distinguem tais práticas dos usos instrumentais de plataformas para afirmação de identidades e dos marcos euronorcêntricos predominantes nos estudos *queer*.

Os casos analisados expuseram, ainda, as tensões entre autonomia cultural e limitação corporativa e os atravessamentos entre visibilidade política e exposição à vigilância. Buscou-se sistematizar, de modo exploratório, como cada dimensão do ativismo digital indígena LGBTQIAPN2+ reúne potencialidades decoloniais e riscos de cooptação, sem que essas dinâmicas se resolvam em dicotomias simples como resistência *vs.* submissão, dada a condição concreta de práticas que funcionam dentro de infraestruturas coloniais e, desse mesmo lugar, as contestam.

Há, ainda, outros desdobramentos possíveis. A extensão da análise a contextos latino-americanos, em particular o brasileiro, marcado pelo nexo entre o fascismo moral, desmonte de direitos indígenas e precariedade infraestrutural, permitiria testar a operabilidade dos conceitos aqui propostos em outras configurações da heterocolonialidade. Pesquisas sobre a trajetória de ativistas e organizações analisadas permitiriam acompanhar, ao longo do tempo, as dinâmicas de transformação, cooptação e resistência.

Os territórios digitais examinados, marcados por contradições e dependências estruturais, mostram-se espaços nos quais a defesa do território, a afirmação de identidades não restritas aos binarismos heterocoloniais e o acolhimento coletivo se combinam de uma forma que as categorias disponíveis na literatura ainda não descrevem com exatidão ou força política suficiente. Se impõe um acompanhamento etnograficamente atento dessas práticas, sobretudo em tempos de maior controle político sobre os algoritmos e de amplificação de canais ligados à extrema-direita e ao "anti-*woke*".

CC BY NC SA

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, os autores declaram ter utilizado a ferramenta Claude, versão Opus 4.7, desenvolvida pela *Anthropic*, em maio de 2026, como apoio à revisão final do manuscrito, com as seguintes finalidades: padronização das citações no corpo do texto conforme a ABNT NBR 10520:2023 e revisão estilística e textual. A concepção, a fundamentação teórica, a análise e a redação do artigo são de responsabilidade integral dos autores.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processos n.º 306465/2024-8 e 306128/2021-7.

REFERÊNCIAS

CARROLL, Stephanie Russo; GARBA, Ibrahim; FIGUEROA-RODRÍGUEZ, Oscar L.; HOLBROOK, Jarita; LOVETT, Raymond; MATERECHERA, Simeon; PARSONS, Mark; RASEROKA, Kay; RODRIGUEZ-LONEBEAR, Desi; ROWE, Robyn; SARA, Rodrigo; WALKER, Jennifer D.; ANDERSON, Jane; HUDSON, Maui. The CARE Principles for Indigenous Data Governance. *Data Science Journal*, v. 19, n. 1, p. 43, 2020.

CENTER FOR NATIVE AMERICAN YOUTH. Native Youth Health Tech Survey. Washington, DC: CNAY, 2020.

CERTEAU, Michel de. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1984.

COE, Gabrielle. 'A Space to Vent': Cultivating Indigenous queer digital communities through relations of care and support. *Journal of Global Indigeneity*, v. 7, n. 2, p. 1-21, 2023.

CORDES, Alexandra; MADDOX, Renee; ISAACS, Anita N.; BOOKER, Jennifer; HALLAHAN, Kylie; LONGBOTTOM, Marlene; MARTIN-SARDESAI, Ann; WILLIAMSON, Anna; TODD, Lana; CLAPHAM, Kathleen; HACKETT, Maree. Competing Interests: Digital health and Indigenous data sovereignty. *NPJ Digital Medicine*, v. 7, n. 1, 178, 2024.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the Pluriverse: Radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

FERNANDES, Estêvão R. *"Existe Índio Gay?": A colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba*: Prismas, 2017.

FERNANDES, Estêvão R. L'hétérocolonialité comme système-monde: généalogies et reconfigurations contemporaines, *Genre, sexualité & société*, 34, Automne 2025.

GARBE, Sebastian. Digital Mapuche Activism Between Decolonisation and Digital Warfare. *Third World Quarterly*, v. 45, p. 1-17, 2024.

GLISSANT, Édouard. *Poétique de la Relation*. Paris: Gallimard, 1990.

GONTIJO, Fabiano. Povos Indígenas e Diversidade Sexual e de Gênero na Amazônia: Os efeitos da colonialidade da sexualidade, dos afetos e dos desejos. *Revista Andaluza de Antropología*, n. 20, p. 152-177, 2021.

GONTIJO, Fabiano; ARISI, Barbara; FERNANDES, Estêvão R. *Queer Natives in Latin America: Forbidden chapters of colonial history*. Cham: Springer, 2021.

HARDY, BJ; FIGUEROA, Loyla; BOOKER, Jennifer; DAVIES, Blythe; ADAMS, Osaze; BELTON, Stephanie; MADDOX, Renee; CLAPHAM, Kathleen; HACKETT, Maree. Meeting Indigenous Youth Where They Are At: Knowing and doing with 2SLGBTTQQIA and gender non-conforming Indigenous youth. *BMC Public Health*, n. 20, 1871, 2020.

IBGE. Censo Demográfico 2022: características dos domicílios e do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acessado em 23 de fevereiro de 2026.

LAING, Melanie. *Urban Indigenous Youth Reframing Two-Spirit*. Nova York: Routledge, 2021.

LAVEAUX, Danielle; CHRISTOPHER, Suzanne. Contextualizing CBPR: Key Principles of CBPR meet the Indigenous research context. Pimatisiwin, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2009.

LEVERSTON, Katherine. Indigenous Digital Activism and the Circulation of Counter-Stories: A case study of Indigenous influencers on Twitter. Dissertação de Mestrado, Harvard University, 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2009.

NYSHN - NATIVE YOUTH SEXUAL HEALTH NETWORK; WOMEN'S EARTH ALLIANCE. *Violence on the Land, Violence on our Bodies: Building an Indigenous response to environmental violence*. Toronto: NYSHN & WEA, 2016.

PRUDEN, Harley; SALWAY, Travis. *Two-Spirit Community-Based Research Toolkit*. Vancouver: Canadian Institutes of Health Research, 2020.

PUAR, Jasbir K. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press, 2007.

RAMIRO, Felipe C.; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. O Homo Virtualis na Confluência entre Biopolítica Virtual e Capitalismo de Vigilância: Um ensaio bibliográfico. *Mediações*, v. 30, e52501, 2025. 52501.

RIFKIN, Mark. The Erotics of Sovereignty. In: MORGENSEN, Scott Lauria (ed.). *Queer Indigenous Studies: Critical interventions in theory, politics, and literature*. Tucson: University of Arizona Press, 2012. p. 172-189.

ROBINSON, Margaret. Two-Spirit Identity in a Time of Gender Fluidity. *Journal of Homosexuality*, v. 67, n. 12, p. 1675-1690, 2019.

TALLBEAR, Kim. Why Interspecies Thinking Needs Indigenous Standpoints. *Fieldsights*, 18 de novembro, 2011. Disponível em: https://www.culanth.org/fieldsights/why-interspecies-thinking-needs-indigenous-standpoints. Acessado em 10 de setembro de 2025.

THE TREVOR PROJECT. 2023 U.S. National Survey on the Mental Health of LGBTQ Young People. West Hollywood: The Trevor Project, 2023.

U.S. CENSUS BUREAU. Computer and Internet Use in the United States: 2021. Washington, DC: U.S. Department of Commerce, 2024.